

Prezado(a) candidato(a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição

Nome

**ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.**

**PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA – Cargo 15**

**INSTRUÇÃO:** As questões **01** e **02** referem-se à piada a seguir. Leia-a atentamente antes de responder a elas.

- Professor, se Camões fosse vivo em nossos dias, seria considerado um homem extraordinário?
- Sem dúvida! Um fenômeno.
- Por que tem tanta certeza?
- Pra começar, ele estaria com mais de quatrocentos anos...

(POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua:** Agenda estudantil 2003/Sírio Pos-senti. Campinas: Mercado de Letras, 2002.)

**QUESTÃO 01**

Tendo em vista a piada acima, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- a) A expressão *Um fenômeno*, na resposta do professor, é indiciadora da interpretação que ele faz da pergunta do aluno.
- b) A interpretação que o professor faz à pergunta do aluno é a única possível, considerada a organização lingüística adotada pelo aluno.
- c) O uso da seqüência *até nossos dias*, no lugar de *em nossos dias*, na pergunta do aluno, autorizaria, de forma inequívoca, a interpretação do professor na piada.
- d) Se, no lugar da forma *fosse*, o aluno tivesse usado *estivesse*, a interpretação do professor à pergunta formulada pelo aluno estaria mais adequadamente justificada.

**QUESTÃO 02**

Assinale a alternativa que contenha palavra ou seqüência que, segundo pistas da piada, seja interpretada de forma diferente por cada um dos interlocutores (aluno e professor).

- a) vivo.
- b) Camões.
- c) fenômeno.
- d) em nossos dias.

**QUESTÃO 03**

Assinale a alternativa em que a pontuação esteja **CORRETA**.

- a) Cumpre-nos informar por fim, que além dos valores acima referidos, há ainda um saldo devido ao *de cujus* relativo à conversão de seus proventos, em Reais, corrigido até a presente data, no montante de R\$ 11.970,77.
- b) Cumpre-nos informar, por fim, que, além dos valores acima referidos, há, ainda, um saldo devido ao *de cujus*, relativo à conversão de seus proventos em Reais, corrigido até a presente data, no montante de R\$ 11.970,77.
- c) Cumpre-nos informar por fim que, além dos valores acima referidos, há ainda um saldo devido, ao *de cujus*, relativo à conversão de seus proventos em Reais, corrigido até a presente data, no montante de R\$ 11.970,77.
- d) Cumpre-nos informar, por fim, que, além dos valores acima referidos, há, ainda, um saldo devido, ao *de cujus* relativo à conversão de seus proventos em Reais, corrigido até a presente data, no montante de R\$ 11.970,77.

**QUESTÃO 04**

Em todas as alternativas há elementos redundantes, **EXCETO** em:

- a) Acho que é cabível aqui a pergunta: ele come para viver ou vive para comer?
- b) A partir de então, coube a essa companhia o monopólio exclusivo da exploração do mineral em nosso País.
- c) As casas de jogos eletrônicos devem expor em local visível os serviços e tipos de jogos classificados por faixa etária de idade, assim como instalar filtro de conteúdo nos computadores ligados à internet.
- d) Conforme deliberação unânime de todos os diretores presentes, é consenso que a entrada, a freqüência e permanência nas dependências deste Clube, tanto quanto a participação nas suas atividades esportivas, recreativas, sociais e culturais, são exclusivamente privativas dos seus sócios.

**QUESTÃO 05**

Assinale a alternativa em que **NÃO** haja erro.

- a) Considerando que a sucessão tem como condições *sine qua non* a transferência da unidade econômica-jurídica de um para outro titular e a continuidade empresarial, força é convir que não há comprovação nos autos da existência dos requisitos, sobretudo quando latentes as divergências entre as razões sociais, quadro societário e CNPJ das empresas pretensamente sucessora e sucedida. Sendo assim, indefere-se as pretensões do exequente (fl. 131/132.). Notifique-se. Prazo de 30 dias.
- b) Considerando-se que a sucessão possui, como condições *sine quibus non*, a transferência da unidade econômico-jurídica, de um a outro titular, e a continuidade empresarial, força é convir que inexistente comprovação, nos autos, da existência dos requisitos, máxime, quando patentes, as divergências entre as razões sociais, quadro societário e CNPJ das empresas, pretensamente sucessora e sucedida. Sendo assim, não há como acolher a pretensão do exequente (fls. 131-132.). Notifique-se. Prazo de 30 dias.
- c) Considerando-se que a sucessão tem como condições indispensáveis a transferência da unidade econômico-jurídica de um para outro titular e a continuidade empresarial, forçoso é convir que não há comprovação nos autos da existência dos requisitos, máxime quando patentes as divergências entre as razões sociais, quadro societário e CNPJ das empresas pretensamente sucessora e sucedida. Sendo assim, indefere-se o requerimento do exequente (fls. 131/132). Notifique-se. Prazo de 30 dias.
- d) Considerando que a sucessão apresenta como condições *sine qua non* a transferência da unidade econômico-jurídica de um para outro titular e a continuidade empresarial, inevitável é convir que não há comprovação nos autos da existência dos requisitos, máxime quando patentes as divergências entre as razões sociais, quadro societário e CNPJ das empresas pretensamente sucessora e sucedida. Sendo assim, indefiro o requerimento do exequente (pp. 131/132). Notifique-se. Prazo de 30 dias.

**INSTRUÇÃO:** Leia o texto a seguir, retirado do *site* do provedor Terra ([//noticias.terra.com.br/brasil/interna](http://noticias.terra.com.br/brasil/interna)), em 11/8/2007. As questões de **06** a **09** se referem a esse texto.

**Avião cai na serra gaúcha e mata duas pessoas.**

Um avião monomotor caiu em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, por volta das 15h deste sábado. De acordo com a Rádio Gaúcha, morreram os dois ocupantes da aeronave, Cláudio Flores da Cunha Marques, 32 anos, e Henrique Sartori Balbinoti, 19 anos.

O avião é particular e tem registro do município vizinho de Garibaldi, na região vinícola do Estado. O aparelho foi removido para um depósito.

Segundo o capitão da Polícia Militar José Paulo Marinho, o avião entrou em parafuso em uma manobra e caiu no pátio de uma casa. Porém, ninguém ficou ferido na moradia. A PM isolou o local do acidente e os corpos foram removidos para o Departamento Médico Legal (DML).

Segundo a *Rádio Gaúcha*, Antonio Garbin, dono da casa, disse que correu em direção ao avião para tentar resgatar os ocupantes, mas eles já estavam mortos.

O delegado Clóvis Rodrigues de Souza, conforme a emissora, disse que o avião partiu do aeroclube de Garibaldi e fazia acrobacias.

**QUESTÃO 06**

Assinale a alternativa que traz forma que **MELHOR** traduz o sentido do termo *já*, no 4º parágrafo do texto:

- a) desde logo.
- b) neste instante.
- c) imediatamente.
- d) naquele momento.

**QUESTÃO 07**

Todas as alternativas trazem uso sintático-semântico da forma *para* equivalente ao que se dá abaixo, **EXCETO**:

[...] *correu em direção ao avião para tentar resgatar os ocupantes* [...]

- a) Saiu da sala para falar ao telefone.
- b) Esforcei-me muito para passar no concurso.
- c) Os alunos foram transferidos para a sala maior.
- d) Para salvar a filha, o pai vendeu os últimos bens.

**QUESTÃO 08**

Assinale a alternativa que propõe alteração **ADEQUADA** para o trecho a seguir, de modo a eliminar o efeito de sentido indesejável que ele pode imprimir ao texto.

*O delegado Clóvis Rodrigues de Souza, conforme a emissora, disse que o avião partiu do aeroclube de Garibaldi e fazia acrobacias.*

- a) O delegado Clóvis Rodrigues de Souza disse que o avião partiu do aeroclube de Garibaldi e fazia acrobacias consoante a emissora.
- b) Em acordo com a emissora, o delegado Clóvis Rodrigues de Souza disse que o avião partiu do aeroclube de Garibaldi e fazia acrobacias.
- c) O delegado Clóvis Rodrigues de Souza também disse que o avião partiu do aeroclube de Garibaldi e, conforme a emissora, fazia acrobacias.
- d) De acordo com informações da emissora, o delegado Clóvis Rodrigues de Souza disse que o avião partiu do aeroclube de Garibaldi e fazia acrobacias.

**QUESTÃO 09**

Assinale a alternativa que **NÃO** contenha termo usado no texto para retomar o referente “Um avião monomotor”.

- a) ele.
- b) avião.
- c) aparelho.
- d) aeronave.

**QUESTÃO 10**

- I. *Depois de expor seu ponto de vista, concluiu dizendo que apenas \_\_\_\_\_ todo casamento é bom.*
- II. *Suspeitou-se, \_\_\_\_\_, que se tratava de um OVNI, mas depois se constatou que a imagem era apenas o planeta Vênus.*
- III. *\_\_\_\_\_, não estou interessado em mudar de emprego, mas, na hipótese de uma oferta melhor, posso pensar.*
- IV. *\_\_\_\_\_, eles detestaram o Brasil; entretanto, passadas poucas semanas, não queriam mais voltar para a Europa.*

Assinale a alternativa que preencha **CORRETAMENTE**, na ordem em que ocorrem, as lacunas das frases acima.

- a) Em princípio – a princípio – A princípio – A princípio
- b) A princípio – a princípio – Em princípio – A princípio
- c) A princípio – em princípio – A princípio – Em princípio
- d) Em princípio – em princípio – Em princípio – Em princípio

**QUESTÃO 11**

- I. Ficamos nos conhecendo há cinco anos, e eles ainda eram casados.*
- II. Vocês não querem me dar ouvidos, mas ainda se arrependem disso.*
- III. Ela havia sido extremamente ingrata, e ele ainda a perdoaria.*

Nas frases acima, a palavra *ainda* apresenta, **respectivamente**, os seguintes valores:

- a) concessivo – causal – temporal
- b) temporal – conclusivo – temporal
- c) temporal – temporal – concessivo
- d) concessivo – temporal – concessivo

**QUESTÃO 12**

Assinale a alternativa em que **NÃO** haja erro.

- a) A empresa a que se refere a reportagem transforma esgoto em água de reúso.
- b) Tratam-se de prédios multi-uso, construídos, em parte, com dinheiro do BNDES.
- c) A responsabilidade tributária pode recair sobre terceira pessoa, haja visto o art. 128 do CTN o qual pode esclarecer à sua dúvida.
- d) É vedado, conforme previsto nas Constituições Federal e estaduais, a acumulação remunerada de cargos públicos.

**INSTRUÇÃO:** Para responder às questões **13** e **14**, considere as situações a seguir descritas.

- I. Um indivíduo entra tranquilamente numa casa de carnes e, após discutir com o balconista, carrega consigo lingüiças que ali estão expostas, sem pagar por elas, algumas das quais dá a seu pit bull, que se encontrava a alguns passos da loja, o qual as devora imediatamente.*
- II. Um indivíduo louco, que se encontra no interior de uma casa de carnes, sem entrar em atrito com o vendedor, lança lingüiças pertencentes a essa instituição, sem pagar por elas, a cães de rua famintos que se encontram do lado de fora, os quais as devoram de pronto.*

**QUESTÃO 13**

Segundo o Código Penal Brasileiro, em seu art. 155, o furto caracteriza-se por “subtrair para si ou para outrem, coisa alheia móvel”. Considerando os aspectos **exclusivamente lingüísticos** dessa definição, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Não ocorre furto em nenhuma das situações.
- b) Ocorre furto em ambas as situações.
- c) Ocorre furto em I, mas não em II.
- d) Ocorre furto em II, mas não em I.

**QUESTÃO 14**

Tendo em conta as definições de *furto* e *roubo*, a seguir, transcritas do dicionário *Houaiss*, assinale a alternativa **CORRETA**.

**furto.** [...] **3** DIR.PEN ato de subtração de coisa móvel pertencente a outra pessoa, contra a vontade desta e com a intenção de ter a coisa como própria □  
f. famélico DIR.PEN furto cometido pela pessoa para saciar a sua própria fome ou a de outrem [Não é configurado como conduta delituosa.] [...]

**roubo.** [...] **3** JUR crime que consiste em subtrair coisa móvel pertencente a outrem por meio de violência ou de grave ameaça [...]

- a) Ocorre roubo apenas em I.
- b) Ocorre furto famélico em II.
- c) Ocorre furto famélico em I e roubo em II.
- d) Não ocorre roubo em nenhuma das situações.

**QUESTÃO 15**

Leia a seguir informações contidas no § 1º do art. 123 da Constituição do Estado de Minas Gerais, que integra o capítulo referente à organização dos Poderes.

- I. O Governador do Estado nomeará o Procurador-Geral de Justiça.*
- II. O mandato do Procurador-Geral terá a duração de dois anos.*
- III. Para escolha de seu Procurador-Geral, os membros do Ministério Público formarão lista de três membros.*
- IV. Essa lista será integrada pelos Procuradores de Justiça de categoria mais elevada, em conformidade com a lei complementar.*
- V. Após o exercício de seu mandato, o Procurador-Geral pode ser reconduzido ao cargo uma vez.*
- VI. Caso ocorra a recondução do Procurador-Geral, será observado o mesmo procedimento utilizado quando de sua primeira escolha.*
- VII. Para comporem a lista a que se refere o item III, os membros do Ministério Público deverão estar em exercício e gozar de vitaliciedade*

Assinale a alternativa em que essas informações tenham sido **CORRETAMENTE** reunidas num **único período**.

- a) Os membros do Ministério Público em exercício, que gozam de vitaliciedade, formarão lista tríplex, na forma da lei complementar, entre os Procuradores de Justiça de categoria mais elevada, para escolha do Procurador-Geral, que será nomeado, para mandato de dois anos, pelo Governador do Estado, sendo permitido sua recondução uma vez, observando-se o mesmo procedimento.
- b) O Governador do Estado nomeará, para mandato de dois anos, entre membros vitalícios do Ministério Público, no exercício de suas funções, o Procurador-Geral de Justiça, sendo que os promotores formarão lista tríplex, entre aqueles de mais elevada categoria, em conformidade com o disposto em Lei Complementar, sendo permitida, por apenas uma vez, sua recondução ao cargo.
- c) Os membros do Ministério Público, em exercício e que gozem de vitaliciedade, formarão lista tríplex composta pelos Procuradores de Justiça de categoria mais elevada, na forma da lei complementar, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador do Estado, para exercer mandato de dois anos, permitida a recondução, uma vez observado o mesmo procedimento.
- d) Os membros do Ministério Público, em exercício, que gozem de vitaliciedade, formarão lista tríplex entre os Procuradores de Justiça de categoria mais elevada, na forma da lei complementar, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.



**QUESTÃO 16**

Art. 25 – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, permitida, se houver compatibilidade de horários:

I – a de dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – a de dois cargos e empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.

(Inciso com redação dada pelo art. 2º da Emenda à Constituição nº 57, de 15/7/2003.)

Parágrafo único – A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Assinale a alternativa em conformidade com o art. 25 da Constituição do Estado de Minas Gerais, acima transcrito.

- a) Uma mesma pessoa não pode ocupar dois cargos, a não ser que haja compatibilidade de horários.
- b) Professores podem ocupar dois cargos em escolas públicas e um terceiro, na rede privada, se houver compatibilidade de horários.
- c) O servidor público, desde que seja profissional de saúde, pode acumular dois cargos e dois empregos privativos de sua área de atuação.
- d) Nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista, se não houver compatibilidade de horários, também é proibida a acumulação de cargos.

**QUESTÃO 17**

Assinale a alternativa em que a alteração no trecho entre aspas, transcrito da Constituição do Estado de Minas Gerais, **NÃO** implique erro ou mudança de sentido.

- a) “É estável, após três anos de efetivo exercício, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.” (Art. 35, *caput*.)

Depois de três anos de efetivo exercício, é estável o servidor público que tenha sido nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

- b) “Formam o domínio público patrimonial do Estado os seus bens móveis e imóveis, os seus direitos e os rendimentos das atividades e serviços de sua competência.” (Art. 12, *caput*.)

Seus bens móveis e imóveis, seus direitos e os rendimentos das atividades e serviços de sua competência, formam o domínio público patrimonial do Estado.

- c) “Os atos de improbidade administrativa importam a suspensão dos direitos políticos, a perda de função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e na graduação estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.” (Art. 29, *caput*.)

Sem prejuízo da ação penal cabível, os atos de improbidade administrativa implicam na suspensão dos direitos políticos, em decorrência da perda de função pública, da indisponibilidade dos bens e do ressarcimento ao erário público, na forma e na graduação estabelecidas na lei.

- d) “Os Poderes do Estado e do Município, incluídos os órgãos que os compõem, publicarão, trimestralmente, o montante das despesas com publicidade pagas, ou contratadas naquele período com cada agência ou veículo de comunicação.” (Art. 17, parágrafo único.)

De três em três meses, os três Poderes do Estado e do Município, aí incluídos os órgãos que os compõem, publicarão o montante das despesas com publicidade, pagas ou contratadas com cada agência ou veículo de comunicação durante aquele período.

**QUESTÃO 18**

Considerando-se o texto a seguir transcrito e as definições para o termo *amante* extraídas dos dicionários Aurélio e Houaiss, respectivamente, assinale a alternativa **CORRETA**.

*A rainha britânica, Elizabeth II, nunca teve muita simpatia por Camilla Parker-Bowles, ex-amante e futura mulher de seu filho, Charles, herdeiro da coroa. Mas nos últimos dias, foi convencida pelo marido, o príncipe Phillip, a rever suas opiniões e aceitar a eterna namorada de Charles como sua nova nora, para o bem da monarquia. (Zero Hora, 14.2.2005.)*

**amante.** Pessoa que tem com outra relações extramatrimoniais, mais ou menos passageiras. (*Aurélio*)

**amante.** Pessoa que tem com outra relações sexuais mais ou menos estáveis, mas não formalizadas pelo casamento; amásio, amásia. (*Houaiss*)

- a) Camilla Parker-Bowles não é ex-amante de Charles, segundo o *Houaiss*.
- b) Camilla Parker-Bowles é amante de Charles segundo o *Aurélio*, mas não segundo o *Houaiss*.
- c) Quem formaliza um relacionamento com o casamento, segundo o *Houaiss*, deixa de ter amantes.
- d) O Príncipe Charles pode ser visto como o eterno amante de Camilla Parker-Bowles segundo o *Aurélio*.

**QUESTÃO 19**

- I. *Se você pergunta pro seu marido se está linda, e ele responde que te ama de qualquer jeito, tá na hora de falar com a gente. (Frase de texto publicitário.)*
- II. *Como todos vocês, também estudei nessa faculdade, contudo aprendi algumas coisas.*
- III. *Contrariamente ao que se divulgou nos jornais, os resultados da pesquisa ainda não chegaram até nós.*

Tendo em vista o processo de produção de sentido para as frases acima, pode-se dizer que há informações implícitas:

- a) apenas em I e II.
- b) apenas em I e III.
- c) apenas em II e III.
- d) em todas elas.

**QUESTÃO 20**

Todas as manchetes abaixo admitem mais de uma interpretação, **EXCETO**:

- a) Pelé critica futebol movido por dinheiro.
- b) TCE autoriza instalação de 100 radares.
- c) Cruzeiro enfrenta Atlético sem cinco titulares.
- d) Procurador não crê em fim de subsídio prometido por Governador.

**PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL – Cargo 15****QUESTÃO 21**

Regem-se pelas disposições da Lei da Ação Civil Pública as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao seguinte complexo de bens jurídicos:

- a) ordem tributária.
- b) ordem financeira.
- c) ordem urbanística.
- d) ordem previdenciária.

**QUESTÃO 22**

Assinale a alternativa **INCORRETA**, relativamente à Lei da Ação Civil Pública:

- a) A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
- b) A ação principal e a cautelar poderão ser propostas, entre outros, por associação que esteja constituída há pelo menos um ano, nos termos da lei civil.
- c) As ações previstas nesta lei serão propostas no foro do local de domicílio do infrator, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- d) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

**QUESTÃO 23**

Com base na Lei da Ação Civil Pública, constitui \_\_\_\_\_, punido com \_\_\_\_\_, a recusa o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

As lacunas do enunciado devem ser preenchidas **CORRETAMENTE** por:

- a) infração administrativa / multa de dez mil ORTN.
- b) crime / pena de reclusão de um a três anos, mais multa de dez a mil ORTN.
- c) crime / pena de detenção de um a três anos, mais multa de dez a mil ORTN.
- d) contravenção / pena de detenção de um a três anos, mais multa de dez mil ORTN.

**QUESTÃO 24**

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na lei do ECA.
- c) Antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder a isenção, como forma de exclusão de antijuridicidade da infração cometida por criança ou adolescente.
- d) São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família, o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, a suspensão ou destituição do pátrio poder, a destituição da tutela, a perda da guarda, entre outras.

**QUESTÃO 25**

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, são direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes, **EXCETO**:

- a) ter acesso aos meios de comunicação social.
- b) corresponder-se com seus familiares e amigos.
- c) realizar atividades culturais, esportivas e de lazer.
- d) receber visitas diárias de seus pais ou responsáveis.

**QUESTÃO 26**

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) A inserção em regime de semiliberdade pode ser determinada desde o início pela autoridade competente.
- b) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de um ano, podendo a qualquer tempo ser revogada, a critério do juiz.
- c) A liberdade assistida será adotada excepcionalmente para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, quando não houver estabelecimento educacional para internação do infrator.
- d) A inserção em regime de semiliberdade deve ser determinada como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

**QUESTÃO 27**

Com base no Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto, sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.

Assinale a afirmativa que **MELHOR** contempla as faculdades legais do consumidor, nesse contexto.

- a) O consumidor pode exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
- b) O consumidor pode exigir, alternativa e livremente, o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- c) O consumidor pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- d) O consumidor pode exigir, alternativa e livremente, o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; pode ainda solicitar à autoridade administrativa a lavratura de notificação com vistas à aplicação de multa ao empresário responsável.

**QUESTÃO 28**

Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O fabricante, o produtor, o construtor nacional ou estrangeiro e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- b) O fabricante, o produtor, o construtor nacional e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- c) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, em caso de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.
- d) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos, e por informações publicitárias que excedam as vantagens e benefícios com seu consumo.



**QUESTÃO 29**

Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) A publicidade é enganosa por omissão, para os efeitos deste Código, quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- b) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe ao veículo que a divulga, à agência publicitária e a quem as patrocina.
- c) O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.
- d) É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

**QUESTÃO 30**

Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
- b) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.
- c) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver estado de insolvência da pessoa jurídica provocado por má administração.
- d) A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

**INSTRUÇÃO:** As questões de **31** a **40** versam sobre a Lei Complementar estadual nº 34/94.

**QUESTÃO 31**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) Os recursos financeiros disponíveis para o Ministério Público são os originários do Tesouro Estadual, vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.
- b) Os órgãos do Ministério Público têm asseguradas instalações privativas nos edifícios onde exerçam suas funções, especialmente nos Tribunais e nos fóruns, cabendo-lhes a respectiva administração.
- c) As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e exequibilidade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- d) Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues, em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a nenhum tipo de despesa.

**QUESTÃO 32**

Assinale a afirmativa **inteiramente CORRETA e COMPLETA**:

- a) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação e de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro de carreira da instituição.
- b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos e renúncia de receitas, será exercida pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação e de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro de carreira da instituição.
- c) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Tribunal de Contas, mediante julgamento e controle externo, e pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação e de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro de carreira da instituição.
- d) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação e de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro de carreira da instituição.

**QUESTÃO 33**

São órgãos da administração superior do Ministério Público, **EXCETO**:

- a) as Procuradorias de Justiça.
- b) o Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) o Conselho Superior do Ministério Público.
- d) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

**QUESTÃO 34**

Assinale a alternativa que contempla todo o rol de órgãos de execução do Ministério Público:

- a) o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
- b) o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
- c) o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça, os Centros de Apoio Operacional e a Comissão de Concurso.
- d) o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

**QUESTÃO 35**

São inelegíveis para o cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público, nas circunstâncias abaixo, **EXCETO**:

- a) estejam respondendo a processo disciplinar administrativo ou cumprindo sanção correspondente.
- b) à data da eleição não apresentarem declaração de regularidade dos serviços afetos a seu cargo.
- c) estiverem afastados do exercício do cargo para desempenho de função junto a associação de classe.
- d) forem condenados por crimes culposos, com decisão transitada em julgado.

**QUESTÃO 36**

Ao Procurador-Geral de Justiça compete, **EXCETO**:

- a) proferir voto de qualidade, salvo em matéria disciplinar, quando prevalecerá a decisão mais favorável ao membro do Ministério Público.
- b) submeter à Câmara de Procuradores de Justiça as propostas de orçamento anual e as de criação, transformação e extinção de cargos e serviços auxiliares.
- c) solicitar ao Colégio de Procuradores de Justiça manifestação sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional.
- d) destituir, na forma desta lei, o Corregedor-Geral do Ministério Público.

**QUESTÃO 37**

Compete à Câmara de Procuradores de Justiça, **EXCETO**:

- a) aprovar o Plano Geral de Atuação do Ministério Público.
- b) aprovar os projetos de criação, transformação e extinção de cargos e serviços auxiliares e a proposta orçamentária anual do Ministério Público.
- c) decidir, em grau de recurso, acerca das causas de inelegibilidade para escolha de membro de órgão colegiado do Ministério Público e do Corregedor-Geral do Ministério Público.
- d) propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas com o desempenho das funções institucionais.

**QUESTÃO 38**

Resolução expedida \_\_\_\_\_ regulamentará a escolha dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, vedado o voto por procuração.

O item que completa **CORRETAMENTE** a lacuna no enunciado é:

- a) pela Comissão Eleitoral.
- b) pelo Procurador-Geral de Justiça.
- c) pelo Colégio de Procuradores de Justiça.
- d) pela Câmara de Procuradores de Justiça.

**QUESTÃO 39**

O integrante de órgão colegiado é considerado impedido nos seguintes casos, **EXCETO**:

- a) quando a deliberação envolver interesse de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive.
- b) quando for interessado no resultado do julgamento.
- c) quando houver notória inimizade com o interessado no julgamento da matéria.
- d) quando não comparecer à sessão de leitura de relatório ou de discussão de matéria em pauta.

**QUESTÃO 40**

Além das funções previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

- a) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para efeito de intervenção do Estado nos municípios.
- b) representar ao Procurador-Geral da República para a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Federal.
- c) propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual, inclusive por omissão e o respectivo pedido de medida cautelar.
- d) promover privativamente a ação penal pública para anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem.

**PROVA ESPECÍFICA – Cargo 15****QUESTÃO 41**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta se perder antes da tradição, responderá o devedor pelo equivalente, independentemente de culpa, sendo acrescido o valor de perdas e danos, se houver culpa.
- b) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- c) Se, no caso da alternativa anterior, a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, fica resolvida a obrigação para ambas as partes; se a perda resultar de culpa do devedor, responderá este pelo equivalente e mais perdas e danos.
- d) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.

**QUESTÃO 42**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.
- b) Há solidariedade, quando na mesma obrigação concorre mais de um credor, ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado à dívida toda.
- c) A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.
- d) Se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário. Se a obrigação for indivisível, só poderão receber em conjunto.

**QUESTÃO 43**

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar.
- b) Aquele que cause dano a outrem fica obrigado a repará-lo.
- c) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- d) Os empresários individuais e as empresas respondem em qualquer hipótese pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

**QUESTÃO 44**

Nas hipóteses abaixo **não** corre a prescrição, em absoluto. A **EXCEÇÃO** é:

- a) pendendo ação de evicção.
- b) pendendo condição suspensiva.
- c) entre ascendentes e descendentes.
- d) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.

**QUESTÃO 45**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, o juiz promover-lhe-á a intimação, sob pena de anulação do processo.
- b) O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.
- c) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- d) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

**QUESTÃO 46**

Observar-se-á o procedimento sumário, **EXCETO**:

- a) nas causas de anulação e nulidade de casamento.
- b) nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola.
- c) nas causas de ressarcimento por dano em prédio urbano.
- d) nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.



**QUESTÃO 47**

A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- a) proferida por juiz suspeito.
- b) resultar de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.
- c) se fundar em prova cuja falsidade tenha sido apurada em qualquer processo judicial.
- d) fundada em erro de fato, ainda que objeto de controvérsia e com pronunciamento judicial sobre o mesmo.

**QUESTÃO 48**

**NÃO** impedem a execução da sentença:

- a) o recurso extraordinário e o recurso especial.
- b) o recurso extraordinário e o agravo de instrumento.
- c) o recurso extraordinário, o recurso especial e o agravo de instrumento.
- d) os embargos infringentes e os embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário.

**INSTRUÇÃO:** Para responder às questões **49**, **50** e **51**, considere o seguinte contexto.

Antônio Carlos é servidor público de carreira e se envolveu com uma quadrilha que operava em esquema de concessão de aposentadorias ilegais. Em razão de seu acesso privilegiado a informações e documentos previdenciários, coube a Antônio Carlos proceder a anotações indevidas nas carteiras de trabalho e previdência social dos virtuais beneficiários da ilegalidade.

**QUESTÃO 49**

O crime praticado por Antônio Carlos foi o de:

- a) Falsidade ideológica.
- b) Falsificação de papéis públicos.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Falsidade material de atestado ou certidão.

**QUESTÃO 50**

A pena cominada em lei para o crime é de:

- a) Detenção, de três meses a dois anos.
- b) Reclusão, de dois a seis anos, e multa.
- c) Reclusão, de um a cinco anos, e multa.
- d) Reclusão, de um a quatro anos, e multa.

**QUESTÃO 51**

As circunstâncias que envolvem a conduta de Antônio Carlos determinam:

- a) que se aplique também multa.
- b) fixação da pena dentro dos parâmetros gerais estabelecidos em lei para o tipo.
- c) que se aumente a pena de sexta parte, sob fundamento de atentar o crime contra a previdência social.
- d) que se aumente a pena de sexta parte, sob fundamento de que o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo.

**QUESTÃO 52**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**, relativamente à ação penal:

- a) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- b) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- c) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, nomeará advogado para promover a ação penal.
- d) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

**QUESTÃO 53**

Incumbirá à autoridade policial, **EXCETO**:

- a) Realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.
- b) Cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias.
- c) Fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- d) Requerer ao juiz a devolução dos autos para ulteriores diligências, no prazo que a autoridade policial entender necessário à plena elucidação dos fatos.

**QUESTÃO 54**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) O órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.
- b) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas poderão exercer a ação penal, devendo ser representadas por quem os respectivos contratos ou estatutos designarem ou, no silêncio destes, pelos seus diretores ou sócios-gerentes.
- c) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que ocorreu o crime.
- d) A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

**QUESTÃO 55**

Nas alternativas abaixo estão previstos critérios determinantes da competência jurisdicional. Assinale a hipótese que contém **EXCEÇÃO** a esta regra:

- a) O lugar da infração, o domicílio ou residência do réu e a natureza da infração.
- b) A distribuição e o lugar onde ocorreu a prisão do indiciado.
- c) A prevenção e a prerrogativa de função.
- d) A conexão ou continência.

**QUESTÃO 56**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) Ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar, entre outros, os embaixadores e ministros diplomáticos, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- b) A competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, não prevalece se o inquérito ou a ação judicial forem iniciados após a cessação do exercício da função pública.
- c) Nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, àquele caberá o julgamento, quando oposta e admitida a exceção da verdade.
- d) A competência pela prerrogativa de função é do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.

**QUESTÃO 57**

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma e o regime de governo.
- b) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- c) A proposta será discutida e votada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos seus votos.
- d) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, ainda que exista acordo de lideranças em sentido contrário.

**QUESTÃO 58**

Assinale a alternativa que corresponde **integralmente** à disciplina constitucional acerca do tema:

- a) As comissões parlamentares de inquérito, que terão os poderes de investigação das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um quinto de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- c) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- d) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei complementar, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**QUESTÃO 59**

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo ou recurso de ofício.
- b) A atividade administrativa de lançamento insere-se na esfera de discricionariedade do agente fiscal. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- c) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativa, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, inclusive atribuindo responsabilidade tributária a terceiros.
- d) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

**QUESTÃO 60**

Assinale a afirmativa **INCORRETA**:

- a) Para os fins da Lei nº 9.784/99, considera-se autoridade o servidor ou agente público dotado de poder decisório.
- b) Para os fins da Lei nº 9.784/99, considera-se entidade a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração Indireta.
- c) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios de finalidade, motivação, proporcionalidade, ampla defesa e contraditório.
- d) Nos processos administrativos será observado, entre outros, o critério de interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

# **ATENÇÃO**

**COM SUA ESCRITA HABITUAL, TRANSCREVA, PARA O ESPAÇO RESERVADO PELA COMISSÃO, NA FOLHA DE RESPOSTAS, A SEGUINTE FRASE:**

Dois indivíduos podem ter exatamente o mesmo conhecimento de algo, porém ter capacidades muito diferentes de utilizar seus conhecimentos.